

O último dos colonos

Entre um e outro mar

*João Afonso
dos Santos*

Da minha língua vê-se o mar.
Vergílio Ferreira

SEXTANTE EDITORA
FICÇÃO



Duas palavras

Entre Um e Outro Mar não tem apenas o significado literal das minhas (e nossas) andanças de infância. Exprime também largos mares e terras que, a dado trecho, separaram a família, os horizontes acanhados em que mergulhámos, meu irmão e eu, a partir daí, e também o silêncio, a ignorância, a guerra, no seu reflexo sobre as nossas vidas, cá e lá.

Porque, após um período africano, viemos ambos em 1939 para Portugal, enquanto pais e irmã apontavam o destino a Díli, no alvor do conflito mundial, como adiante se descreverá mais a espaço.

A narração acompanha esse duplo percurso. Dum lado, apoia-se na memória dos factos vividos ou testemunhados pelo autor; do outro, isto é, no respeitante aos acontecimentos de Timor, serve-se dos contributos pessoais da nossa gente prisioneira, a par de um ou outro apontamento dos parceiros de fortuna.

A ocupação da ilha pelos japoneses e as consequências que daí resultaram para os habitantes (humilhações, violências, mortes, destruição), foram sujeitas a uma espécie de apagamento propositado. Sobre os factos e sobre as pessoas caiu o manto do esquecimento que perdurou enquanto se manteve o ostracismo, o isolamento. Mas a atitude persistiu com a chegada (discreta) dos repatriados a Portugal, no fim do conflito e depois disso. Uma nota oficiosa, perdida e lacónica, duas declarações espaçadas na Assembleia Nacional – esse órgão de ressonância do poder autocrático – ou mesmo a piedosa

notícia por ocasião do regresso dos alforriados, não infirmam, antes confirmam, o silenciamento que aponto. Não será esta a única impressão digital do salazarismo a perdurar ainda hoje no inconsciente colectivo. Mas o caso revela-se exemplar da atitude de sistemática omissão, praticada durante o Estado Novo, que, como a chuva miudinha, penetrou e humedeceu os espíritos, mais do que os corpos, não completamente enxutos pelos tempos democráticos.

É sabido que, logo no início do conflito de 1939-45, o país foi declarado política e militarmente neutral por Salazar. E os salutares efeitos dessa neutralidade celebrados ao longo dos anos conturbados e, sobretudo, no final das hostilidades, sem reserva alguma, como dom imaculado da Providência e do chefe, de braço dado, como sempre andaram ao longo da demorada parceria. Que tenha havido gente portuguesa (em termos amplos) sujeita às agruras da guerra, eis o que não interessava divulgar, sob pena de se prejudicar o mirífico quadro, a uníssona celebração.

Mas foi o que sucedeu. Algures na metade duma ilha perdida no Pacífico, Portugal entrou de facto na contenda, por esta forma peculiar dum território debaixo da sua administração ser ocupado militarmente pelas partes beligerantes, cujas forças chegaram mesmo a defrontar-se no terreno, sob as suas barbas. Sim, o estado português conseguiu que a sua neutralidade fosse reconhecida. Mas não em Timor, essa parcela da *pátria una e indivisível*. As vicissitudes da ocupação militar da então colónia justificam que recupere dois textos do meu pai, esquecidos entre o espólio familiar, que insiro em anexo. O primeiro é uma rememoração, iniciada a bordo do *Angola*, durante a viagem de regresso a Portugal; o segundo, consiste na resposta ao procedimento disciplinar contra ele instaurado, por iniciativa do governador, que assim se quis prevenir contra quem dele por vezes discordou e, discordando, lhe pôs a nu as fraquezas. Quer um quer outro documento espelham a experiência vivida sob o fero ocupante. Mas a acção disciplinar

acrescenta mais alguma coisa: a actuação paradigmática dum poder prepotente e arbitrário, como era o salazarista.

Entretanto, no rincão nacional, *vivia-se como habitualmente*. E assim vivemos também nós, meu irmão e eu. Como habitualmente significa, traduzido na percepção de hoje, mergulhados, duma ponta a outra, em beatitude dogmática, coimbrã, fadista, exercendo as virtudes duma existência onde tudo estava de antemão regulado de cima e para sempre (assim parecia na altura).

É nesse contraponto imperfeito entre cá e lá, isto é, entre diferentes geografias por onde a família se repartiu, que se desenvolve a matéria deste livro.

O autor

I

Todo o começo é involuntário

Desfeito o império e sendo eu (sem vaidade) o *último dos colonos*, empreendi traçar meu roteiro, à semelhança dos antigos velejadores nas cartas náuticas, não para que alguém repita a navegação irrepetível, mas para proveito e talvez algum aprazimento de quem me leia. Fá-lo-ei em estilo cronista, lavrando assento e respeitando a cronologia. E, seguindo o exemplo de conceituados antecessores, começarei do princípio e o princípio – todos o sabemos – é o *big bang*, ou seja, o nascimento. Daí partirei, aparelhado e com pouca vela, cuidando das coordenadas passadas, presentes e atrevendo-me nas futuras. Donde se vê que o rumo não será direito, quer dizer, em linha recta, nem em boa verdade alguma vez tal rota existiu dentro ou fora da minha cabeça. Derivarei, pois, no sentido físico e mental, por espaços confinantes, seguindo atrás, outras vezes adiante, com o olho em rotas que com a minha se cruzaram e espiando, aqui e ali, o tempo que fez e foi variável. Isto é, falarei de contingências que rodaram, antecederam, em certos casos sucederam aos factos, e se porventura parecerem aqui e ali fora de propósito, é culpa delas, não minha, que se instalaram no meu espírito de modo atrabiliário. E uma vez que, bem ou mal, se trata de memórias, farei o esforço de arrancar ao sangue e ao sabugo episódios e estados de consciência sepultos, porque o que atrás ficou, o nevoeiro do esquecimento o tragou, sendo isso verdadeiro à medida que recuo na idade e na razão. Nestas memórias (que outra coisa não é o dito roteiro), acrescento as da família de origem, a partir do momento em que os

percursos divergiram e que incorporei há muito no património memorativo, a ponto de me perguntar se não fazem parte da minha experiência de vida. De modo especial, reservo um lugar de destaque às vicissitudes e consequências da ocupação militar de Timor Leste, durante a II Guerra Mundial, pelos *aliados*, primeiro, e pelos japoneses, depois. Tudo somado não dará grande tomo. Mas cada um avém-se com o que tem.

Desde já, não estabeleço ponto de arribada. Onde calhar aí chegarei, regra de boa conduta, consideradas as circunstâncias. As circunstâncias a que neste momento aludo são pessoais, medidas pelos meus próprios limites. Limites físicos, mentais e, claro está, conceptuais. Ninguém espere, portanto, um compromisso fechado, balizas, data finalizadora, nem uma atitude neutra. Seria prometer o que não está em minha mão cumprir, em relação a qualquer dos parâmetros. Mas, perguntarão, como pode um sujeito desmemoriado, mesmo lançando mão de subsídios propínquos, escrever as suas memórias? A resposta está no que se segue, devendo advertir-se que o roteiro é parcelar. As navegações sempre se fizeram por partes. Primeiro, o Bojador, a seguir o Tormentório, só depois o resto. E sendo embora do último dos colonos, não é dum colonialista. Ser ou não colono decorre dum dada situação contextual, da época histórica, da estrutura social em que a dado momento o indivíduo se insere; ao passo que ser colonialista é adoptar como suas as convicções de domínio, dum lado, e submissão, do outro, que não estão no espírito nem nas ideias do autor.

Dum modo geral os memorialistas começam por referenciar o seu próprio nascimento, não porque o recordem verdadeiramente (meu irmão Zeca, segundo contava, reteve no entanto no córtex o clarão branco, difuso, do romper para a vida), mas por uma questão de demarcação temporal: o nascimento é o *dies a quo*, não tanto da narrativa, como do narrador. Depois, referenciando-o, isto é, ao nascimento, a modos que desdobramos uma carta de legitimação, do género: entrei neste mundo

e aí está porque conheci o que se passou nele, pouco importando que neste balanço participe sempre a percepção *actual*. Finalmente, pela data de nascimento se define a perspectiva, semelhante à que experimenta o artista ao pintar a tela, sendo que o ponto de fuga abarca aqui o tempo. Em suma: o nascimento é importante. Podia apontar vários nomes em apoio, não ignorando que alguns foram tão grandes que sempre se poderá dizer das suas memórias que são muito mais do que isso. Chateaubriand, por exemplo, não deixa de esclarecer, naquele enorme acervo de relatos, aventuras e impressões, que nasceu gentil-homem em 4 de Setembro de 1768. Claro que há excepções, mais aparentes do que reais, caso de Raul Brandão, no prefácio às suas memórias, a parte delas mais pessoal, direi mesmo confessional. Embora não precise o dia em que veio ao mundo, para ele a cada passo remete, uma vez que é a vida (e a morte) que celebra como espectador privilegiado e sensível: «Não sei – nem me importa – se creio na imortalidade da alma, mas do fundo do meu ser agradeço a Deus ter-me deixado assistir um momento a este espectáculo desabalado da vida», escreve. Sim, o nascimento é importante. Mas, compulsando os diversos trabalhos memoriais, de desigual envergadura, claro está, sou levado a concluir que não chega ao autor dizer que nasceu em tantos de tal. Se para fundamentar o testemunho dos feitos basta estar-se vivo e prová-lo (com a competente certidão registral, de preferência), a credibilidade exige que o narrador indique a ascendência que o abona, quer dizer, a de que tem notícia, capitalizando em si a experiência que ela foi somando. Guardadas as devidas proporções, é o que farei.

Cumprindo pois a regra consuetudinária, esclareço que nasci em 19 de Novembro de 1927, na freguesia da Glória, em Aveiro, ignorando se o sucedimento ocorreu de noite ou de dia, embora me considere, mormente tendo o astral em baixo, um espírito nocturno. Existe um bilhete do avô Domingos José Cerqueira para minha mãe a assinalar o facto. «Dores», reza a curta missiva, «felicito-te pela relativa facilidade do

parto e por teres presenteado teu marido com um varão que cumpre lhe prolongue o nome. Remeto-te 200\$00 para comprares dez galinhas. Crescendo alguma coisa, compra-lhe um carapuço.» Deste pequeno apontamento, impregnado dum tempo patriarcal, cujo estilo, sendo igualmente da época, reflecte a munificência do avô (inspector escolar), pode extrair-se o seguinte: primeiro, o parto foi *relativamente* fácil, postulado inscrito em termos literais; segundo, era ainda o tempo em que se davam caldos de galinha a mulheres paridas, fora os abades (saudáveis) e os doentes merencórios; terceiro, as polhas, de tão solicitadas pelas suas virtudes (retemperadoras), custavam caro, uma vez que, entrando em cálculos com a depreciação da moeda, dez escudos não era coisa pouca. Bem sei que o avô ressalva a hipótese de sobrar algum dinheiro para um carapuço. Mas uma vez que ele próprio estava em dúvida, podemos admitir os dez escudos por unidade, descontada uma eventual oscilação dos preços a favor da cobertura para a mona infantil que era então a minha. Outra conclusão, esta lateral, parece extrair-se dos postulados expostos, combinados com dados de ordem geral: a galinha foi promovida, no transitar do século XVIII para o XIX. Nicolau Tolentino, com o olho em espécie mais rara e silvestre, desabonou a ave galiforme. Recordo-lhe os versos, sempre pedinchões, limitando a transcrição às duas primeiras estâncias:

*Senhor, a dada perdiz
Arejada e fresquinha,
Veio emendar os estragos
Da enjoativa galinha;*

*Esta ave é sempre odiosa
A melancólicos dentes:
Faz lembrar últimos caldos
De já perdidos doentes;*

.....